

Marzia Grassi¹

Introdução

O presente volume reúne textos elaborados a partir das comunicações apresentadas no âmbito do *workshop* «Os PALOP no ICS: Objectos e Metodologias» que teve lugar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa no dia 5 de Novembro de 2009 sob a minha coordenação.²

O objectivo deste encontro científico foi o de criar um espaço que estimulasse um debate mais alargado capaz de dar resposta, de uma forma organizada, aos numerosos momentos informais e trocas de ideias e dúvidas que tenho vindo a partilhar com estudantes do Instituto (a maioria das vezes nos corredores do mesmo ou no café) sobre questões metodológicas relacionadas com os próprios trabalhos. Dúvidas estas que, surgindo de lugares disciplinares diversos, pareciam concentradas maioritariamente à volta da necessidade de uma suposta metodologia «especial» para estudar dinâmicas sociais que envolvem um ou outro país africano, antiga colónia portuguesa. É neste sentido que o título do *workshop* deve ser entendido, como um título nascido de forma espontânea no terreno das conversas informais acima referidas.

A reflexão crítica em torno do discurso ocidental hegemónico assume, em Portugal, uma representação peculiar nos estudos contemporâneos relacionados com os países africanos de língua oficial portuguesa

¹ Investigadora auxiliar, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

² Para comentar os trabalhos apresentados, foram convidados quatro especialistas – Gerhard Seibert (CEA/ISCTE), Fernando Florêncio (UC), Augusto Nascimento (IICT), José Sobral (ICS/UL) – assim como os orientadores dos trabalhos (Ramon Sarró (ICS-UL), Paulo Granjo (ICS-UL), João Vasconcelos (ICS-UL), José Luís Garcia (ICS-UL), Marina Costa Lobo (ICS-UL), Fernando Luís Machado (ISCTE-IUL), Pedro Magalhães (ICS-UL), Fernando Harto de Vera (Universidade Complutense) apresentados pelos autores, todos eles estudantes de mestrado ou doutoramento no Instituto.

(PALOP). Sem dúvida, nos últimos trinta anos, as leituras e a compreensão da história colonial mudaram. A consciência das dinâmicas de dominação global contemporânea levou ao questionamento das pretensões de objectividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação da ordem social contemporânea. Nas ciências sociais têm vindo a emergir abordagens transnacionais que produzem uma releitura da história e das narrativas da expansão colonial, assim como muitas outras contribuições para a desconstrução do saber em várias disciplinas.³

Os cinco Estados independentes que constituem os PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique) não constituem actualmente um espaço geográfico, político ou cultural com características comuns. A ligação histórica, simbólica e cultural entre Portugal e as antigas colónias e a persistência do legado colonial da língua oficial comum aos cinco países ex-colónias portuguesas em África não parecem suficientes para criar uma categoria homogénea que possa ser objecto de métodos e análises exclusivas, como sugerem muitos dos trabalhos académicos nesta área. Contudo, parece existir uma resistência para o salto epistemológico nas ciências sociais que influencie não só a leitura e a releitura da história colonial mas também a sua utilização na construção e na apresentação dos objectos de estudo, dos processos e das trajectórias culturais dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Porque é que a memória do passado colonial e de Portugal imperial aparece ainda tão densa em Portugal e influencia quer a escolha dos

³ Edgardo Lander em *Ciências Sociais: Saberes Coloniais e Eurocêtricos. A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas*. Edgardo Lander. (Buenos Aires, CLACSO, 2005), 21-53, enumera, na página 23, algumas das contribuições fundamentais desta forma: «As múltiplas vertentes da crítica feminista, o questionamento da história europeia como História Universal (Bernal 1987; Blaut 1992 e 1993), o desentranhamento da natureza do orientalismo (Said 1979 e 1994), a exigência de «abrir as ciências sociais» (Wallerstein 1996), as contribuições dos estudos subalternos da Índia (Guha 1998; Rivera Cusicanqui e Barragán 1997), a produção de intelectuais africanos como V. Y. Mudimbe (1994), Mahmood Mamdani (1996), Tsenay Serequeberham (1991) e Oyenka Owomoyela, e o amplo espectro da chamada perspectiva pós-colonial que muito vigor encontra em diversos departamentos de estudos culturais de universidades estadunidenses e europeias. Enquanto no continente africano a procura de perspectivas do saber não eurocêntrico é uma circunstância ainda muito esporádica, na América Latina conta com uma literatura importante (José Martí, José Carlos Mariátegui) e com valiosas contribuições recentes, entre as quais, as de Enrique Dussel (Apel, Dussel e Fornet B. 1992; Dussel 1994 e 1998), Arturo Escobar (1995), Michel-Rolph Trouillot (1995), Aníbal Quijano (1990, 1992 e 1998), Walter Dignolo (1995 e 1996), Fernando Coronil (1996 e 1997) e Carlos Lenkersdorf (1996)».

objectos de investigação, quer as metodologias dos estudos académicos, resistindo à transformação produzida no âmbito das abordagens globais? O que é que parece impedir a ruptura real do discurso colonial nas ciências sociais em Portugal? Será que esta como alguma literatura dos estudos pós-coloniais poderia sugerir a persistência de uma forma mimética ambivalente que aparece – no seu protagonismo analítico – no processo de representação do «outro» (pós-colonial) pelo sujeito (ex-)colonial? A persistência do olhar etnocêntrico quando se abordam dinâmicas relacionadas com as antigas colónias?

Não será este pequeno texto que vai conseguir dar respostas a estas perguntas e não é esta a sua função.

Contudo, vale a pena sublinhar a existência de uma abordagem comum à maioria dos trabalhos académicos sobre PALOP, em Portugal, que limita a expressão das individualidades dos Estados, das nações e das instituições e com isto a sua pertença ao mundo global. Um processo constante, reformulado e adaptado da existência de uma especificidade incontornável da relação entre Portugal e as suas antigas colónias. Um olhar «Portugal-cêntrico» que condiciona a reconstrução de uma identidade própria de cada Estado e de cada nação, no contexto da sociedade global, em que todos estamos inseridos.

O conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais persiste na naturalização da sociedade liberal como a forma mais avançada e «normal» de existência humana. Trata-se de uma história antiga, que existe no pensamento social ocidental dos últimos séculos. Quatro das seis contribuições que encontramos neste volume são trabalhos de antropologia, disciplina que, de acordo com alguns autores, contribuiu para a naturalização das construções da economia, da política, da religião, do parentesco, como os blocos primários na estruturação de toda a sociedade através da ideia, de acordo com a qual estes domínios seriam pré-sociais. E há quem acredite que, pelo contrário, devemos interrogar-nos sobre os processos simbólicos e sociais que fazem que estes domínios apareçam como auto-evidentes e naturais.⁴

A produção científica recente considera crucial o questionamento das metodologias que validam o conhecimento científico nos estudos relacionados com as antigas colónias e a procura de uma alternativa ao

⁴ Arturo Escobar. *Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World*. (Princeton: Princeton University Press, 2005).

pensamento eurocêntrico-colonial das ciências sociais em Portugal. É o caso dos textos aqui apresentados, beneficiando ainda os autores, quer de uma certa distância emocional da história do país, quer da vivência transnacional que a sociedade actual proporciona.

O *workshop* entendeu constituir um espaço de reflexão e debate sobre a importância das escolhas metodológicas que os estudantes adoptaram para a sua pesquisa que, apesar de se encontrarem, na maioria dos casos, numa fase inicial, proporcionaram um terreno de discussão muito bem aproveitado para todos, como bem sabe quem nos acompanhou ao longo dos dias de trabalho.

Aprende-se na metodologia das ciências sociais que existem elementos de consenso comuns para que um trabalho de investigação se possa considerar correcto sob o ponto de vista científico. Ao mesmo tempo, o que distingue as diferentes disciplinas é a apropriação de uma ou outra regra, sendo que a maioria das regras diz respeito à metodologia subjacente à investigação. Os seis textos que formam este volume abrangem as disciplinas de antropologia, de sociologia e da ciência política e todos eles fazem parte dos nove que foram apresentados, em forma de comunicação, no *workshop*. Pelas apresentações foi possível constatar que o método etnográfico, até há pouco tempo considerado exclusivo da antropologia, é cada vez mais utilizado também por outras disciplinas das ciências sociais por facilitar a introdução do factor humano, as pessoas, na investigação, inclusive nos trabalhos que privilegiam a macroanálise dos fenómenos sociais. O livro reúne os textos de Carolina Höfs, Danúbio Lihabe, Maria do Carmo Santos e Giulia Cavallo no âmbito da antropologia. A área de sociologia é aqui representada por um artigo da autoria de Tatiana Ferreira e, finalmente, a área da ciência política tem a contribuição de Cláudia Almeida e Edalina Sanches. Todos eles de formas diferentes e, partindo de pressupostos também diferentes, questionam a modernidade como modelo de civilização universal.

No primeiro capítulo sob o título «Antes do trabalho de campo: reflexões de um princípio de pesquisa», Carolina Carret Höfs analisa as experiências e formas de arte mandinga, elegendo os *griots*, um subgrupo *mande*, para seu objecto de estudo. A relevância destes agentes reside no facto de serem consideradas figuras centrais na concepção das sociedades *mande* e de espelharem as intrincadas relações entre religião e política que figuram no sistema de pensamento e na cultura da sua sociedade. O olhar da autora repousa sobre alguns aspectos das políticas culturais levadas a cabo na Guiné-Bissau e alguns dos seus impactos para o ofício

griot na diáspora. Sem indicar relações de causa e efeito ou visões utilitaristas da arte, a autora traça o caminho pelo qual alguns *griots* concebem a sua arte e *performance* através de um cenário social, político e religioso específico.

Giulia Cavallo titula o capítulo 2 «Sofrimento, doença e práticas terapêuticas na Igreja Zione em Maputo, Moçambique». A autora estuda a Igreja Zione, um fenómeno difuso entre as regiões da África Austral, nomeadamente na cidade de Maputo. Esta Igreja para além de ser um dos movimentos religiosos mais difusos, caracteriza-se principalmente por ser uma Igreja de tipo curativo.

Os objectivos fundamentais da sua investigação são a análise aprofundada dos conceitos locais de doença, aflicção, sofrimento e suas causas num contexto em forte transição e com múltiplas referências (às vezes em conflito), a identificação da cosmologia e da psicologia sobre a qual se baseiam as práticas terapêuticas, com particular atenção ao conceito e aos confins da pessoa e do corpo.

No capítulo 3, «Sob o rumor do rodado de ferro: percursos, auto-identificações e crenças socioprofissionais, entre os maquinistas moçambicanos», Danúbio Walter Lihaha procura analisar de que modo os maquinistas moçambicanos percebem, representam e incorporam os perigos inerentes ao seu ambiente de trabalho e, em última instância, como enquadram a aleatoriedade ou não dessas ameaças. Para isso, começa por definir quatro variáveis de perigo: a primeira derivada da manipulação de procedimentos técnicos complexos perante infra-estruturas e tecnologias em avançado estado de degradação e envelhecimento. Prossegue, a nível micro, com a análise dos comportamentos e atitudes que os maquinistas desenvolvem face ao seu trabalho, e, a nível macro, com a descrição do impacto de dimensões políticas (regime) e laborais sobre a vida social do maquinista.

Tatiana Ferreira, no capítulo 4, com o título «Género e gerações: processos de transição para a vida adulta dos jovens descendentes de imigrantes dos PALOP», trata os processos de transição para a vida adulta dos jovens filhos de imigrantes provenientes dos PALOP, com o objectivo de compreender como se articulam nesses processos a família, a educação e o mercado de trabalho. A autora acredita que a nível institucional e muitas vezes académico, a denominada segunda geração de imigrantes pressupõe uma ideia de continuidade geracional e de reprodução da cultura de origem que não tem em conta a sua condição de jovens e os seus trajectos de vida na sociedade portuguesa. Estes serão analisados, por um lado, numa perspectiva de género, uma

dimensão que condiciona à partida as percepções, representações e práticas dos indivíduos. Por outro lado, numa perspectiva intergeracional, comparando os jovens com os seus progenitores no que respeita aos trajectos profissionais e às representações e expectativas relativamente às dinâmicas familiares.

O capítulo 5 leva o leitor a Cabo Verde onde Maria do Carmo Farias Daun e Lorena Santos, sob o título «O turismo como ferramenta de desenvolvimento em Cabo Verde», analisam os impactos estruturais, concretamente, económicos, sociais, ambientais e culturais do turismo na sociedade cabo-verdiana e as suas implicações em termos de desenvolvimento e sustentabilidade. Em Cabo Verde o turismo é encarado, nomeadamente pelo governo, como um sector estratégico e prioritário que se encontra em franca expansão. Deste modo, pela importância que assume na sociedade cabo-verdiana enquanto factor de desenvolvimento do país, a autora acha que interessa analisar como tem evoluído até aos dias de hoje.

Finalmente, no capítulo 6, «Das balas aos votos: um estudo comparado das primeiras eleições pós-guerra civil em Angola e Moçambique», Cláudia Almeida e Edalina Sanches analisam a instauração da ordem democrática, através de eleições, em sociedades previamente devastadas por conflitos. O conflito é visto como um procedimento crítico, contribuindo assim para um amplo debate sobre os limites das eleições, enquanto factor de democratização em sociedades devastadas por guerras civis. As autoras propõem uma análise comparada de Angola e de Moçambique. Observando o processo de competição eleitoral para as primeiras eleições, após o conflito armado, o principal objectivo é o de explicar as razões que parecem ter determinado o relativo sucesso das eleições em Moçambique e o seu fracasso no caso angolano.

Agradeço a todos os autores o muito que tenho aprendido com os seus trabalhos assim como a confiança que me demonstraram para a coordenação quer do *workshop* quer da presente publicação.